



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

**Processo nº :** 1174/04 (Apenso 53.000.441/02 - CBMDF e 4817/84 – TCDF (reforma))

**Origem :** Corpo de Bombeiros Militar

**Assunto :** Pensão Militar

**Ementa :** Pensão militar concedida a ARISLINA BADARÓ DUARTE, viúva, e temporária a CREIDE MONTEIRO DUARTE, filha maior do ex-servidor LUIZ CARLOS MONTEIRO DUARTE. Ato publicado em 4/4/2002. Passamento da viúva em 2/7/2004.

Entendimento de que a filha maior de idade não consta do rol de beneficiários de pensão militar, no período de vigência da MP 2.218/2001 (de 1.10.2001 a 4.7.2002).

Determinação para que houvesse a exclusão da filha maior (Decisão 2.064/2003). Razões de defesa. Improcedência (Decisão 7.143/2009). Pedido de reexame. Instrução pugna pela indeferimento do pleito. M.P., com ressalva, acolhe a manifestação da 4ª ICE.

Improcedência.

**Parecer do MPJTCD:** Procurador Inácio Magalhães Filho

**Data de inserção em pauta:** 30/06/2010

### **RELATÓRIO**

Cuidam os autos de pensão militar concedida a ARISLINA BADARÓ DUARTE, viúva do ex-servidor LUIZ CARLOS MONTEIRO DUARTE, matrícula 14.357-X, **falecido em 29.12.2001**, a contar desta data, nos termos dos arts. 37, inciso I, 39, § 1º, e 53 da MP 2.218/2001, conforme o ato publicado em 4/4/2002 (fl. 17-apenso).

2. Na mesma época, a Sra. CREIDE MONTEIRO DUARTE, filha maior do instituidor da pensão solicitou o benefício pensional, não obtendo êxito tendo em conta a falta de previsão legal (art. 36 da MP 2.218/01).

3. Com o advento da Lei 10.486/2002, resultante da conversão da MP 2.218/2001, a Corporação concedeu o benefício (art. 36 da Lei 10.486/2002), conforme ato publicado em 2/9/2002 (fl. 35-apenso), o que foi contestado pelo controle interno (fl. 47-apenso).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

4. Inconformada, a interessada recorreu ao Poder Judiciário (MS 2004.01.1.047147-2 e ação judicial tratada no Processo 2008.01.1.116513-7), não obtendo decisão de mérito favorável a seu pleito.
5. Não satisfeita, a interessada recorreu contra a Decisão 2.064/2003 (Processo de consulta 81/02), documentos conhecidos como razões de defesa pela Decisão 3.263/2009-RR (Processo 81/02) e julgados improcedentes pela Decisão 7.143/2009-RR (fl. 70).
6. O CMBDF cancelou a pensão militar paga integralmente à viúva do instituidor, em virtude de seu falecimento ocorrido em 2/7/2004 (fls. 50/51 e 57/58-apenso).
7. O ato de reforma do instituidor da pensão (Cabo BM Luiz Carlos Monteiro Duarte) foi considerado legal na S.O. de 26/3/85 (fl. 21-apenso 4817/84). Carece de apreciação o ato de revisão de reforma que alterou a base de cálculo do benefício para Terceiro-Sargento, tendo em conta decisão judicial proferida na Apelação Civil 18.135/87.
8. Nesse sentido, conforme registra a informação de fls. 73/78, a unidade técnica propôs a regularidade do ato de revisão da reforma, posto que decorrente de decisão judicial (Enunciado 20-TCDF), e a legalidade do ato de pensão civil concedida à viúva do ex-servidor.
9. Antes que houvesse a análise de tal informação, por parte do relator original (Cons<sup>o</sup> Renato Rainha), a 4<sup>a</sup> ICE solicitou o retorno do feito para juntada do pedido de reexame de fls. 80/121, que contesta as Decisões 2.064/2003-RR (Processo de consulta 81/02) e 7.143/2009-RR (fl. 70), conhecido pela Decisão da Presidente nº 312/209-P/AT (fl. 126).
10. No mérito, o corpo técnico pronuncia-se pela improcedência da preliminar de nulidade levantada pela recorrente e pelo improvimento do pedido de reexame, na forma indicada às fls. 143/145, tecendo as seguintes considerações:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

“15. Em relação à preliminar de nulidade da Decisão nº 7.143/09, há que se esclarecer que o recurso de que trata a citada decisão deixou de ser conhecido pela e. Corte como **pedido de reexame** por ter sido **interposto intempestivamente**, sendo autorizado, contudo, o exame de mérito dos argumentos apresentados pela recorrente como **razões de defesa**, em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa (Decisão nº 3.263/09, prolatada no Processo nº 81/02). Dessa forma, a regra insculpida no artigo 198, § 1º, do Regimento Interno do TCDF, não incide no caso, vez que **razões de defesa** não faz parte do rol de recursos ali previstos, e portanto não há que se falar em nulidade da Decisão nº 7.143/09.

16. De qualquer sorte, o segundo recurso interposto pela interessada, que foi conhecido como **pedido de reexame** (Decisão da Presidente nº 312/2009-P/AT), terá sua análise submetida ao regramento do artigo 198, § 1º, do Regimento Interno do TCDF, e naturalmente será distribuído a relator diverso daquele que proferiu o voto condutor das Decisões nºs 2.064/03 e 7.143/09.

17. Prosseguindo, convém trazer a lume o entendimento adotado pelo Tribunal na Decisão nº 7.625/08 (Processo nº 14.067/05) no sentido da impossibilidade de se admitir recurso contra decisão prolatada em processo de consulta. Dessa forma, nem os regimentalmente legitimados para propor consulta\* (Governador do Distrito Federal, Secretário de Governo ou autoridade equivalente, dirigente de órgão relativamente autônomo ou entidade da administração indireta, incluídas as fundações) poderão recorrer das decisões proferidas pela e. Corte, essas de caráter normativo, por absoluta falta de previsão legal ou regimental.

18. Em que pese o entendimento explicitado no parágrafo anterior, não se vislumbra, em princípio, prejuízo em prestar certos esclarecimentos à recorrente.

\*

**Regimento Interno do TCDF**

**Art. 194.** Em caso de dúvida na aplicação de disposição legal ou regulamentar, em matéria de sua competência, o Tribunal conhecerá das consultas que lhe forem formuladas pelo Governador do Distrito Federal, por Secretário de Governo ou autoridade equivalente, bem como por dirigente de órgão relativamente autônomo ou entidade da administração indireta, incluídas as fundações.

§ 1º As consultas deverão versar direito em tese, indicar com precisão seu objeto e ser acompanhadas de parecer técnico-jurídico da Administração.

§ 2º A resposta à consulta terá caráter normativo e constituirá prejudgamento da tese, mas, não, do fato ou caso concreto.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

19. No que se refere ao pagamento de pensão às filhas maiores de militares do DF, temos que, quando da edição da Lei nº 10.486/02, conversão da MP nº 2.218/01, foi acrescentado o § 3º do artigo 36 para assegurar aos militares do DF a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765/60, que à época já houvessem ingressado nas corporações locais, mediante o pagamento da contribuição adicional de 1,5% para pensão militar. Contudo, esse acréscimo da Lei nº 10.486/02 incorreu em inconstitucionalidade por vício formal, tendo em vista que derivou de iniciativa do Parlamento em matéria de competência exclusiva do Chefe do Executivo. Defeito, esse, sanado, apenas, com a edição da MP nº 56/02, convertida na Lei nº 10.556/02.

20. O posicionamento desta unidade técnica tem sido reiteradamente no sentido de que, em face do princípio **tempus regit actum**, as filhas maiores de militares do DF falecidos na vigência da MP nº 2.218/01 não têm direito à pensão militar, vez que somente após a edição da MP nº 56/02, convertida na Lei nº 10.556/02, é que passou a existir previsão legal quanto à manutenção dos benefícios da Lei nº 3.765/60, não obstante o comando do artigo 68 da Lei nº 10.486/02 retroagindo os efeitos dessa lei a 01.10.01.

21. Em relação ao argumento da recorrente de que não se pode invocar, no caso, o princípio **tempus regit actum**, já que os efeitos da Lei nº 10.486/02 teriam retroagido a 01.10.01 por força do artigo 68, temos que a tese não merece prosperar, vez que já se encontra pacificado no STF o entendimento de que, **em questões previdenciárias, o princípio em eleição deve ser observado**, aplicando-se esse entendimento à pensão por morte, à aposentadoria por invalidez, à aposentadoria especial e ao auxílio-acidente. Na tentativa de melhor elucidar o assunto, transcreve-se, a seguir, o Voto do eminente Ministro CELSO DE MELO, proferido quando do julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 567.360-0:

V O T O

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator):** Conheço, preliminarmente, **dos presentes** embargos de declaração como recurso de agravo (RTJ 145/664 - RTJ 153/834 - **AI 243.159-ED/DF**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA - **AI 243.832-ED/MG**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **Rcl 4.395-ED/SP**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, v.g.).

(...)

Na realidade, o Supremo Tribunal Federal, **por diversas** vezes, **já se pronunciou** no sentido de que os benefícios previdenciários **devem regular-se pela lei vigente ao tempo em que preenchidos** os requisitos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

necessários à sua concessão, de tal modo que - presente referido contexto de ordem temporal - não se revelava viável fazer incidir, **como pretendido** pela parte ora agravante, **uma nova lei** (como a Lei nº 9.032/95) **sobre o cálculo** “das prestações futuras relativas a benefício já concedido pelo INSS”, como corretamente advertiu, em seu douto voto, o eminente Relator do “leading case”.

(...)

Cumpre assinalar, ainda, por necessário, que não se revela constitucionalmente possível, ao Poder Judiciário, sob fundamento de isonomia, estender, em sede jurisdicional, majoração de benefício previdenciário, quando inexistente, na lei (como sucede na espécie), a indicação da correspondente fonte de custeio total, sob pena de o Tribunal, se assim proceder, atuar na anômala condição de legislador positivo (RTJ 143/57 – RTJ 153/765 – RTJ 161/739-740 – RTJ 175/1137, v.g.), transgredindo, desse modo, o princípio da separação de poderes.

(...)

(grifos no original)

22. Ressalte-se, entretanto, que a questão enfrentada pelo STF, diferentemente da abordada nestes autos, não dizia respeito à inclusão retroativa de novos beneficiários, mas, tão somente, à possibilidade de retroação da nova forma de cálculo inaugurada pela Lei nº 9.032/95 para majorar benefícios do INSS concedidos antes da vigência da mencionada lei.

23. Mesmo que se entenda que no caso dos militares do DF, no que diz respeito à retroatividade prevista no artigo 68 da Lei nº 10.486/02, não faria sentido arguir inconstitucionalidade em face do artigo 195, § 5º, da Constituição Federal, haja vista que o artigo 66, parágrafo único, da Lei nº 10.486/02 estaria, presumivelmente, tratando da fonte de custeio, restaria ainda enfrentar a inconstitucionalidade frente ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que diz que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

24. Em se admitindo a inclusão posterior de novos beneficiários, cujo direito tenha sido criado por lei posterior, restaria alterada a situação jurídica em relação aos pensionistas existentes anteriormente. Na situação ora examinada, ao se admitir efeitos retroativos da Lei nº 10.486/02 a 01.10.01 em relação às filhas maiores, para conceder-lhes o direito à pensão militar, estariam sendo alteradas as situações jurídicas consolidadas em relação aos beneficiários habilitáveis com base no regramento estabelecido pela MP nº



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

*2.218/01, perturbando o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada em relação a estes últimos.*

25. O pagamento da pensão às filhas maiores, cujo instituidor faleceu na vigência da MP, ainda enfrenta uma outra dificuldade de ordem prática que se afigura insuperável, e que também esbarra, s.m.j., nos institutos protegidos pelo artigo 5º (direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada), qual seja, **a falta de possibilidade de manifestação da vontade do militar, visto que já falecido**, em face do que prescreve o novo regramento:

*Lei nº 10.486/02*

*Artigo 36 (vetado)*

*(...)*

*§ 3º Fica assegurado aos atuais militares: [\(Redação dada pela Lei nº 10.556, de 13.11.2002\)](#)*

*I - a manutenção dos benefícios previstos na [Lei no 3.765, de 4 de maio de 1960](#), até 29 de dezembro de 2000, mediante contribuição específica de um vírgula cinco por cento da remuneração ou proventos; ou*

*II - a renúncia, em caráter irrevogável, ao disposto no inciso I, desde que expressa até 31 de agosto de 2002." (NR)*

26. Vê-se que a contribuição adicional para a Pensão Militar e a consequente manutenção dos benefícios da Lei nº 3.765/60 não foram imposições absolutas do Legislador. Conforme já defendido por esta unidade técnica em caso idêntico (Processo nº 3.097/04), não se trata de um benefício com alcance automático, visto que está condicionado à manifestação de vontade do instituidor, mediante concordância tácita ou renúncia expressa até 31.08.02, o que, obviamente, da mesma forma que no citado processo, também não ocorreu no caso vertente, tendo em conta a data do respectivo óbito (29.12.01).

27. Vê-se, assim, que os argumentos apresentados pela interessada não foram capazes de demonstrar, em princípio, qualquer incoerência da Instrução de fls. 31/41 elaborada por esta 4ª Inspeção, excetuando-se, apenas, o fato de ter indevidamente mencionado ser a recorrente filha "extraleito" do instituidor da pensão. Informação essa que, como dito pela própria interessada, é irrelevante juridicamente.

28. Lamentando dissentir dos argumentos apresentados no recurso ora examinado, esta unidade técnica permanece com o firme entendimento de que às filhas maiores de militares do DF, falecidos na vigência da MP nº 2.218/01, não assiste o direito, em face do princípio **tempus regit actum**, à





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

*percepção da pensão militar, vez que o citado diploma não previu tal possibilidade.*

29. Dessa forma, não resta outra alternativa a não ser **negar provimento**: a) ao pedido de nulidade da Decisão nº 7.143/09, vez que o recurso de que tratou foi conhecido como **razões de defesa** (Decisão nº 3.263/09), instituto não arrolado entre os recursos previstos no artigo 198, § 1º, do Regimento Interno do TCDF, o qual prevê que na fase de exame de mérito os recursos deverão ser distribuídos a relator diverso daquele que houver relatado o processo originário, não caracterizada, portando, a *infringência ao citado dispositivo regimental*; b) ao pedido de reforma da Decisão nº 2.064/03, pleiteado pela recorrente, tendo em vista o entendimento adotado pelo Tribunal na Decisão nº 7.625/08 (Processo nº 14.067/05) de que não é possível recorrer contra decisão proferida em processo de consulta, por absoluta falta de previsão legal ou regimental, sem prejuízo, contudo, de esclarecer à interessada que, em face do princípio **tempus regit actum**, o direito à percepção da pensão militar não alcança as filhas maiores de militares do DF falecidos na vigência da MP nº 2.218/01, não se aplicando, nesses casos, a regra do artigo 36, § 3º, inciso I, da Lei nº 10.486/02, introduzida pela MP nº 56/02, convertida na Lei nº 11.556/02, por contrariar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, princípios insculpidos no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.”

11. O Ministério Público, representado pelo então Procurador Inácio Magalhães Filho, acolhe as conclusões da 4ª ICE, posto que não cabe ao *Parquet* avançar além do contido na peça recursal. Ressalva, contudo, que o Tribunal já considerou legal pensão semelhante, acompanhando voto do Conselheiro Jorge Caetano (Decisão 4.120/2009-JC), entendimento com o qual concorda integralmente.

## **VOTO**

12. Os autos foram distribuídos ao meu Gabinete para exame de mérito do pedido de reexame de que se trata, nos termos 189, § 1º, do RI/TCDF.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

13. A concessão de pensão militar às filhas maiores de idade deixou de ter amparo legal a partir de **1º/10/2001** (MP 2.218, de 5/9/2001). Tal benefício foi ressuscitado pela MP 56, de **4/7/2002**, convertida na Lei 10.556<sup>1</sup>, de 13.11.2002, que introduziu o § 3º do art. 36 da Lei 10.486/2002 (tendo por base o art. 7º, incisos I e II, da Lei 3.765/60<sup>2</sup>). Em suma, não há fundamento legal que sustente as concessões do gênero no período de a **1º/10/2001 a 4.7.2002**.

14. Concordo com a instrução, quando afirma que a inclusão retroativa de novos beneficiários (filhas maiores), ainda mais por força meramente interpretativa, desobedece o primado **tempus regit actum** e prejudica os interesses dos beneficiários originais, "*perturbando o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada em relação a estes últimos*".

15. O instituidor de que tratam os presentes autos faleceu **em 29.12.2001**, não havendo, àquela época, legislação que amparasse a concessão de pensão militar à sua filha maior (MP 2.218/2001).

16. Nesse sentido, observo que o pronunciamento da instrução guarda conformidade com o entendimento do Tribunal acerca do tema (Decisão 2064/2003-RR).

17. Registro que:

- são atribuídos efeitos normativos à citada Decisão 2064/2003<sup>3</sup>-RR, posto que exarada em processo de consulta;

---

<sup>1</sup> **Art. 4º** O § 3º do art. 36 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

...

§ 3º Fica assegurado aos atuais militares:

I - a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, até 29 de dezembro de 2000, mediante contribuição específica de um vírgula cinco por cento da remuneração ou proventos; ou

II - a renúncia, em caráter irrevogável, ao disposto no inciso I, desde que expressa até 31 de agosto de 2002.

(...)

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

<sup>2</sup> Art. 7º A pensão militar defere-se na seguinte ordem:

I - à viúva;

II - aos filhos de qualquer condição, exclusive os maiores do sexo masculino, que não sejam interditos ou inválidos;

<sup>3</sup> O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: **I) responder à consulta formulada pela Polícia Militar do Distrito**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

- o Poder Judiciário também sinalizou pela impossibilidade de a filha maior, ora recorrente, perceber pensão militar (MS 2004.01.1.047147-2 e ação judicial tratada no Processo 2008.01.1.116513-7, cópia de fls. 25/27). Tal entendimento consta, inclusive, do Processo TJDF 20040020069575-AGI <sup>4</sup>;

**Federal nos seguintes termos:** a) que, em razão dos preceitos contidos na Medida Provisória n.º 2.218/2001 (convertida na Lei Federal n.º 10.486/2002), não há autorização legal para se deferir o benefício da pensão militar aos ex-cônjuges (pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada do ex-militar) ou aos ex-companheiros dos militares falecidos a partir de 05.09.2001 (data de publicação da referida Medida Provisória), ressalvado, quanto aos primeiros, a possibilidade jurídica de exercerem o direito consubstanciado no art. 23 da Lei Federal n.º 6.515/77 (Lei do Divórcio), em face dos herdeiros do devedor da obrigação de prestar alimentos; b) que, em relação às filhas de militares falecidos antes da vigência da precitada Medida Provisória (5.9.2001), o privilégio à continuidade da percepção do benefício da pensão por morte permanece intangível, nos termos da Lei Federal n.º 3.765/60, por força de direito adquirido (arts. 5º, inciso XXXVI, da CF/88 e 6º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil), ainda que implementada a maioria a partir daquela data; **c) que, à vista do entendimento de que a pensão deve reger-se pelas normas vigentes à época do falecimento do instituidor do benefício (princípio "tempus regit actum"), não se configuram adquiridos os direitos previstos na Lei Federal n.º 3.765/60, em relação às filhas de militar cujo óbito venha ocorrer após a vigência da Medida Provisória em tela, mesmo que para a constituição da pensão militar tenha havido mais de trinta anos de contribuição, haja vista que a única exigência temporal para sua concessão refere-se ao desconto de 24 (vinte e quatro) contribuições mensais, relativas ao benefício a ser deixado, permitindo-se aos beneficiários efetuarem o respectivo pagamento ou complementarem o que faltar; (...);** III) orientar a Polícia Militar do DF no sentido de que: III.1) as consultas dirigidas a este Tribunal deverão ser formuladas em consonância com o disposto no art. 194, "caput", e § 1º, do Regimento Interno do TCDF, aprovado pela Resolução n.º 38/90, com especial observância quanto à exigência de prévio parecer técnico-jurídico, cuja elaboração se insere no rol de atribuições da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PRG/DF, a quem compete exercer a consultoria jurídica do Distrito Federal, conforme o disposto no inciso II do art. 4º da Lei Complementar n.º 395, de 31.7.2001, publicada no DODF de 8.8.2001; **III.2) a aplicação das disposições contidas na Medida Provisória n.º 2.218/2001 (convertida na Lei Federal n.º 10.486/2002), não pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;** IV) autorizar o arquivamento do processo. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, o Relatório/Voto do Relator (Anexo II).

Presidiu a Sessão: o Presidente, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram: os Conselheiros ÁVILA E SILVA, JACOBY FERNANDES e RENATO RAINHA e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS. Participou: a representante do MPJTCDF, Procuradora-Geral MÁRCIA FARIAS.

<sup>4</sup> 1. O regramento do direito à pensão por morte há de ser feito com base na lei vigente à época do óbito do militar. Tendo o óbito ocorrido na vigência da Medida Provisória nº 2.218, de 5 de setembro de 2001, que foi convertida na Lei Federal nº 10.486, de 4 de julho de 2002, a pensão militar obedecerá às normas então vigentes, não se aplicando, em tal caso, as disposições



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

- já houve nos presentes autos deliberação nesse sentido, quando da análise das razões de defesa apresentadas pela ora recorrente (Decisão 3.263/2009<sup>5</sup>, Processo 81/02), tendo o Tribunal proferido a Decisão 7.143/2009-RR (fl. 70), **verbis**:

*“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - ter por cumprida a determinação objeto do item “II” da Decisão nº 3.263/2009; II - considerar, no mérito, improcedente o recurso manejado pela Sra. CREIDE MONTEIRO DUARTE, em relação ao item “I.c” da Decisão nº 2.064/2003, adotada no Processo nº 81/2002, dando-lhe ciência do teor desta decisão; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, a fim de que se possa proceder ao exame do mérito da concessão do benefício à Sra. ARISLINA BADARÓ DUARTE, viúva do extinto Cabo BM LUIZ CARLOS MONTEIRO DUARTE. Parcialmente vencido o Conselheiro JORGE CAETANO, que, em relação*

---

contidas na Lei Federal nº 3.765, de 4 de maio de 1960, alterada pela Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

2. De acordo com o art. 37, I, da Medida Provisória nº 2.218, de 05 de setembro de 2001, convertida na Lei Federal nº 10.486, de 4 de julho de 2002, a pensão militar será deferida aos filhos menores de vinte e um anos ou, quando estudantes universitários, menores de vinte e quatro anos. Como a agravante, no caso em apreço, já contava com 26 (vinte e seis) anos de idade na data do óbito do genitor, ex-Soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e não é inválida, é evidente que não possui direito de receber o benefício. Assim, correto está o ato administrativo que cancelou o pagamento da pensão militar que vinha sendo indevidamente efetuado à agravante.

TJDFT - 20040020069575-AGI

Relator ROBERVAL CASEMIRO BELINATI

1ª Turma Cível

DJ de 01/03/2005

(GRIFOU-SE)

5

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - nos termos do disposto no parágrafo único do art. 33 da Lei Complementar nº 01/1994, c/c o § 3º do art. 188 do Regimento Interno do TCDF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 10/2001, **não conhecer do Pedido de Reexame formulado pela Sra. CREIDE DUARTE AGUIAR**, por intermédio de sua representante legal, em face do disposto no item “I-c” da Decisão nº 2.064/2003, dada a intempestividade do pedido e, tendo em conta, também, o entendimento firmado pelo Tribunal consoante a Decisão nº 7.625/2008, adotada no Processo nº 14.067/2005; II - **em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa, autorizar a retirada da peça recursal de fls. 137/150 e sua substituição por cópia, bem como a juntada aos autos do Processo nº 1.174/2004, referente à concessão de pensão, para que se dê o exame de mérito dos argumentos apresentados pela ora recorrente, como razões de defesa**; III - dar conhecimento do teor desta decisão à representante legal da recorrente e à Polícia Militar do Distrito Federal, conforme estabelece o § 2º do artigo 4º da Resolução nº 183/2007 - TCDF; IV - determinar o retorno dos autos 4ª ICE, para as providências pertinentes.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

**ao item II do voto do Relator, votou pelo provimento do recurso.** Grifou-se.

18. O fato de ter havido um caso em sentido contrário (Decisão 4.120-JC<sup>6</sup>, de 30/6/2009, Processo 3097/04), ocasião em que o Tribunal acolheu **entendimento divergente do Cons<sup>o</sup> Jorge Caetano**, não desfaz os efeitos normativos da Decisão 2.064/2003-RR.

Nessas condições, acompanhando integralmente o pronunciamento da unidade técnica, **VOTO** por que o Plenário:

I – tenha por cumprida a determinação objeto do item III da Decisão da Presidente 312/2009 – P/AT;

II - negue provimento:

**a) à preliminar de nulidade da Decisão nº 7.143/09**, vez que o recurso de que tratou foi conhecido como **razões de defesa** (Decisão nº 3.263/09), instituto não arrolado entre os recursos previstos no artigo

<sup>6</sup> O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Revisor, Conselheiro JORGE CAETANO, decidiu: I – autorizar o levantamento do sobrestamento do exame dos autos, determinado pela Decisão nº 5.388/08, em face da Decisão nº 7.795/08, proferida no Processo nº 11.622/08; II – considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar vitalícia em favor de CARLA COSTA CORES SILVA, filha maior de 21 anos do Cabo BM reformado LUIS CARLOS CORES, visto à fl. 19 do apenso de pensão nº 053.000.155/2003, e o de revisão para incluir EULINDA DE SOUSA, companheira do instituidor, visto à fl. 44 do mesmo apenso; III - determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme indicado a seguir, que serão objeto de verificação na forma prevista na Decisão TCDF nº 1.396/2006: a) elabore títulos de pensão, em substituição aos de fls. 45/46 do Apenso nº 053.000.155/2003, para alterar a data dos efeitos financeiros de 18 de outubro de 2004 para 14 de outubro de 2004, data efetiva do requerimento da companheira; b) junte aos autos documentação comprobatória da realização pelo ex-militar, com aproveitamento, do Curso de Especialização/Habilitação Militar, de modo a justificar o pagamento da parcela Adicional de Certificação Profissional - ACP, no percentual de 25%, atentando, para as disposições da Decisão nº 3.390/2007, ratificada pelas Decisões nºs 6.738/2007 e 4.053/2008, todas do Processo nº 3.362/04; c) promova, na hipótese de não restar comprovado o direito do instituidor à percepção do Adicional de Certificação Profissional - ACP no percentual referido, o ajuste no SIAPE, observando o reflexo na demais peças processuais; d) torne sem efeito os documentos substituídos. Vencido o Relator, que manteve o seu voto, no que foi seguido pela Conselheira MARLI VINHADELI.

Presidiu a Sessão o Presidente, Conselheiro ÁVILA E SILVA. Votaram a Conselheira MARLI VINHADELI, os Conselheiros JORGE CAETANO, MANOEL DE ANDRADE e RENATO RAINHA e a Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Participaram o Auditor PAIVA MARTINS e o representante do MPJTCDF Procurador-Geral em exercício INÁCIO MAGALHÃES FILHO. Ausente o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.:  
Proc.: 1174/04

Rubrica

198, § 1º, do Regimento Interno do TCDF, não restando caracterizada, portanto, a alegada infringência ao citado dispositivo regimental;

**b)** ao pedido de reforma da Decisão nº 2.064/03 (Processo nº 81/02), tendo em vista o entendimento adotado pelo Tribunal na Decisão nº 7.625/08 (Processo 14.067/05), no sentido de que não se pode recorrer contra decisão proferida em processo de consulta por absoluta falta de previsão legal ou regimental, sem prejuízo, contudo, de esclarecer à interessada que, em face do princípio ***tempus regit actum***, o direito à percepção da pensão militar não alcança as filhas maiores de militares do DF falecidos na vigência da MP 2.218/2001, não se aplicando, nesses casos, a regra do artigo 36, § 3º, inciso I, da Lei nº 10.486/2002, introduzida pela MP nº 56/2002, convertida na Lei nº 10.556/02, por contrariar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, institutos protegidos pelo artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal;

III - autorize:

a) a ciência do teor da presente decisão à representante legal da recorrente e ao CBMDF; e

b) o retorno dos autos ao relator original, autorizando a 4ª ICE a proceder ao exame do mérito da concessão do benefício a Arislina Badaró Duarte, viúva do Cabo BM Luiz Carlos Monteiro Duarte.

Sala das Sessões, 06 de julho de 2010.

**Marli Vinhadeli**  
**Conselheira**